

GESTÃO

RECONSTRUIR
PELA
BASE
SISMUC - CUT

jornal do SISMUC

sindicato dos servidores públicos municipais de curitiba • FILIADO À **CUT**

Impresso
Especial

3600158300/2003-DR/PR
Sind. Serv. Públ.
Munic. de Curitiba
... CORREIOS ...



Agende-se:

23 DE MARÇO

ASSEMBLÉIA GERAL

1ª convocação: 18h30

2ª convocação: 19h

Pauta:

Campanha Salarial 2005,
Procedimentos de Transição do
Plano de Carreiras, Eleição dos
Delegados para a Plenária
Estadual da CUT-PR, Informes
Gerais.

Local: SISMUC (Rua Monsenhor
Celso, 225, 9º andar)

7 DE ABRIL

REUNIÃO COM REPRESENTANTES POR LOCAL DE TRABALHO

1º grupo: 16h

2º grupo: 19h

Pauta:

Regulamentação do Plano de
Carreiras, Decreto 1119/04,
Descrição das Funções, Avaliação
da Campanha Salarial, Informes
Gerais.

Local: SISMUC (Rua Monsenhor
Celso, 225, 9º andar)

20 DE ABRIL

REUNIÃO DO COLETIVO DOS APOSENTADOS

Horário: 15h

Pauta: Estudo do Estatuto do
Idoso, Programação de atividades
Local: SISMUC (Rua Monsenhor
Celso, 225, 9º andar)

20 DE ABRIL

ASSEMBLÉIA GERAL

1ª Convocação: 18h30

2ª Convocação: 19h00

Pauta:

Avaliação das Negociações e
Encaminhamentos da Campanha
Salarial, Implantação do Plano de
Carreiras, Informes Gerais.

Local: SISMUC (Rua Monsenhor
Celso, 225, 9º andar)

*Sou servidor,
não desisto
nunca!*



VALORIZAÇÃO, eu quero já!

Campanha Salarial 2005 • SISMUC • CUT

EDITORIAL!

Data-base dos servidores municipais é 31 de março

Os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público municipal decidiram em assembléia, no dia 15 de fevereiro, a pauta de reivindicações para 2005. Na mesma data, foi eleita a comissão que representará os trabalhadores junto com a direção do

“A esperança não é cruzar os braços e esperar; movo-me na esperança na medida em que luto e, se luto com esperança, espero”
Paulo Freire

syndicatos nesta negociação. No dia 24 de fevereiro, o Sismuc entregou a pauta nas mãos do secretário municipal de recursos humanos, iniciando o processo de negociação previsto na lei 8680/1995.

Nossas reivindicações apontam para a necessidade de corrigir os salários defasados e estabelecer uma mesa de nego-



ciações permanente, com pautas específicas por secretaria. Afinal, são diversas as especificidades que precisam ser tratadas para conquistarmos condições dignas de trabalho em todos os setores da Prefeitura de Curitiba.

Convocamos todos e todas para que participem ativamente

deste processo, acompanhando as discussões nas assembléias, reuniões setoriais e reuniões de representantes por local de trabalho. Este é o momento para conquistar o respeito e a valorização profissional, a reposição das perdas salariais e as melhorias nas condições de trabalho que tanto buscamos!

COLUNA DO LEITOR

Nota à Nação Brasileira

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), a Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE) e sindicatos afiliados, Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Município do Rio de Janeiro (SATEMRJ) e Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem (ENEENF), diante dos fatos e acontecimentos pautados, nacionalmente, pela chamada “operação predador”, executada pela Polícia Federal na investigação das denúncias e dos pedidos de prisão preventiva formulados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, e que culminou na ordem judicial de 19 mandatos de prisão, busca e apreensão, no dia 28/01/2005, em sete Estados da Federação, envolvendo dirigentes da Autarquia Pública Federal Sistema COFEN/CORENS, vem a público informar que este inquérito, iniciado no ano de 1997, foi acompanhado pelas Entidades que assinam esta nota, com agendas de mobilização e audiências junto às autoridades públicas para cobrar agilidade

nas investigações e, também, junto a parlamentares para exigir deles o compromisso político com o estado democrático.

Compromissadas e co-responsáveis pelo avanço dos movimentos sociais que esse país engendrou, nos últimos anos, pela ética, pela democracia, pela justiça social e pelo estado de direito, as entidades se organizam para continuar a luta, reafirmam a sua confiança nas instituições do Estado Brasileiro, declaram seu total apoio a esta investigação e exigem do poder judiciário a sua breve conclusão para que se preserve a imagem da Enfermagem e dos profissionais que são fiscalizados pelo Sistema COFEN/CORENS e que dedicam suas práticas à defesa da vida e ao cuidado da saúde da população brasileira, junto aos demais profissionais da saúde, no cumprimento da Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, 19 de fevereiro de 2005

- ABEN – Nacional, seções, regionais e núcleos
- FNE e sindicatos afiliados
- SATEMRJ
- ENEENF

Sismuc convoca Assembléia geral

O Sismuc convida a todos os servidores municipais para a assembléia geral que será realizada no dia 23 de março, quarta-feira, às 18h30, no auditório do sindicato. A pauta tratará da negociação da campanha salarial 2005, dos procedimentos de transição do plano de carreiras, da eleição de delegado(as) para a plenária estadual da CUT-PR e informes gerais. Primeira convocação às 18h30 e segunda convocação às 19h. E não se esqueça: o Sismuc está em novo endereço, na Rua Monsenhor Celso, 225, 9º andar, no Centro. Sua presença é fundamental. Compareça e convide outros servidores.

EXPEDIENTE

DIRETORIA SISMUC
Gestão Reconstruir pela Base

Presidente:
Marilena Silva

Secr. Geral:
Deloures de Barros Franco

Secr. de Finanças:
Rosana do Rocio Negrissoli

Secr. de Assuntos Jurídicos:
Marco Antonio Kucek

Secr. de Administração e Informática:
Cleuza Antunes

Secr. de Ass. Culturais:
Sandra Nazaré B. de Barboza

Secr. de Formação Sindical / Est. Sócio

Econômicos:
Michel Deolindo

Secr. de Imprensa e Comunicação:
Alessandra Cláudia de Oliveira.

Secr. de Organização:
Cecília de Souza Lima, Ilma Alves Bonfim e Natália de Paula Santos, Ester Caçula Duarte

Conselho Fiscal:
Maria Figueiredo Coutinho, Ivone Maria Ribeiro dos Santos, Ivanira Bianchi, Marilene Souza Santos e Augusto Luiz da Silva.

Suplentes
Antonio Carlos de Mello, Edson Pereira dos Santos, Fernando Christiano Zimmermann

Suplentes Conselho Fiscal
Irene Rodrigues dos Santos, Mário César R. dos S. Santos, Maria de Fátima Paiva, Pedro

Cirilo da Silva

Suplentes Conselho Fiscal
Celsina Greboge

Jose de Paiva

SISMUC
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba.

Endereço: Rua Monsenhor Celso, 225

- 9º andar - Centro - 80.010-913 - Curitiba/PR.

Fone/Fax: 322-2475

Email: sismuc@onda.com.br

Jornalista Responsável: Sandro Benjamin André - 2425/10-32/PR

Diagramação e desenhos: Armazém de Criação - (41) 342-8584

Fotos: Sandro Benjamin André

Impressão e Fotolito: Multigraf

Tiragem: 10.000 exemplares

CAMPANHA DE LUTAS

Pauta de Reivindicações 2005

I – DA VIGÊNCIA, ABRANGÊNCIA E APLICABILIDADE

O prazo de vigência será de um ano, a contar de 31 de março de 2005. As reivindicações aqui apresentadas e que se constituirão em acordo firmado entre o SISMUC e Município de Curitiba, abrangem todos os servidores municipais de Curitiba, exceto os profissionais do magistério que são representados por entidade própria.

Os resultados das negociações receberão as formas jurídicas adequadas a cada caso, quais sejam, leis municipais, decretos, portarias, ordens de serviço, instruções normativas e outras.

II – DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS

1. Zeramento da inflação do último período - A título de reposição de perdas salariais acumuladas no período entre 31 de março de 2004 e 28 de fevereiro de 2005, os servidores municipais de Curitiba terão um reajuste salarial equivalente ao INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a incidir sobre os vencimentos e demais vantagens do mês de fevereiro de 2005, zerando a inflação deste período.

2. Recuperação das perdas salariais – As perdas salariais ocorridas nos vencimentos e demais vantagens dos servidores no período de 1993 a 1996 e também as perdas salariais referentes ao resíduo da data base de 2002 a 2003 que perfazem um total aproximado de 20.91% (vinte ponto noventa e um por cento) serão recompostos através da política de recuperação salarial a ser implantada pela administração municipal a partir desta negociação. A política salarial contemplará também a recuperação dos menores salários da prefeitura, com o objetivo de recompor prioritariamente, o poder de compra dos salários daqueles servidores com menor poder aquisitivo.

3. A título de ganho real nos vencimentos e demais vantagens dos servidores municipais será concedido aumento de 3% (três por

cento) a incidir sobre a remuneração do mês de março de 2005.

4. O Município instituirá política salarial que contemple incentivos permanentes a todos os servidores municipais, sendo estes incorporados aos vencimentos, inclusive, para todos os fins previdenciários.

III – DO PLANO DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS

O Município garantirá a participação de representantes dos servidores, indicados pelo SISMUC, para integrarem comissão de regulamentação e execução de todos os procedimentos previstos na legislação que trata da carreira dos servidores (leis 10390,10630,11000 e 11001). Para assegurar que se observe o princípio da isonomia na efetivação dos planos de carreiras dos servidores, o SISMUC e o Município estabelecerão comissão para fins de revisão das normas gerais aplicadas em todos os procedimentos de ascensão funcional, bem como para adequação da carreira dos educadores frente a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

IV – DAS CLÁUSULAS SOCIAIS E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES.

1. O Município concederá a todos os servidores auxílio alimentação mediante o fornecimento de vales alimentação ou subsídio em espécie, equivalente a uma refeição diária no valor de R\$ 7,00 (sete reais), independente da remuneração do servidor.

2. O Município fornecerá Vale Transporte a todos os servidores municipais que o requerem sem limite de remuneração, na forma da Lei Federal 7.418/85 e Decreto Federal 95247/87, ou seja, nenhum servidor gastará mais que 6% dos seus vencimentos em transporte. O Vale Transporte será mantido quando o servidor estiver em licença para tratamento de saúde e à disposição de entidades de represen-

tação de classe. Para os servidores que declararem fazer uso de outro meio de transporte para locomoção ao trabalho, ou ainda para aqueles que residem na região metropolitana de Curitiba, a PMC fornecerá a opção de recebimento em dinheiro do valor que corresponde ao gasto com transporte, respeitando a lei.

3. O Município reduzirá a jornada de trabalho dos servidores municipais da área de saúde e educação para 30 horas semanais, sem redução de salário e sem redução do horário de atendimento à população. Todos os Programas de Saúde que exigirem carga horária de trabalho diferenciada, ou que ultrapassem a jornada de 30 horas semanais, deverão prever adicionais ou incentivos salariais que compensem a diferenciação da jornada.

4. O Município estabelecerá política de prevenção às doenças ocupacionais e acidente de trabalho, assim como fornecerá todos equipamentos de proteção individual indicados.

5. O Município instituirá Comissões Locais de Saúde do Trabalhador a serem eleitas por seus pares, para avaliar as condições de trabalho, identificando riscos à saúde do trabalhador, sugerir adequações e contribuir na definição das políticas de prevenção e atenção às doenças ocupacionais bem como a eliminação de riscos à saúde.

6. O Município implementará programa com vistas a mapear os riscos nos processos de trabalho dos servidores para fins de prevenção de doenças profissionais e acidentes de trabalho. Realizará exames de saúde periódicos sem despesas para os servidores, estabelecendo protocolo diferenciado por funções de acordo com os dados do mapa de risco, com vistas à prevenção de doenças e tratamento daquelas adquiridas ou agravadas. O município garantirá também programas de vacinação para todos os trabalhadores.

7. O Município desenvolverá política de formação dos servidores municipais com vistas à capaci-

tação e qualificação permanentes. O Município concederá, inclusive, horários especiais para aqueles servidores que estiverem estudando, estabelecendo mecanismos para fornecimento de bolsas de estudo, paritariamente em todas as secretarias, para aqueles servidores que desejarem cursar nível superior.

8. O Município encaminhará projeto de lei à Câmara Municipal de Curitiba, alterando a lei de seguridade social, transformando o Instituto Curitiba de Saúde em autarquia municipal e ampliando a participação dos servidores ativos e aposentados nos Conselhos de Administração e Fiscal, através da criação de conselhos tripartites para o ICS e IPMC.

9. O Município publicará as portarias que liberam os dirigentes sindicais em tempo integral, dentro dos prazos que garantam a regular situação funcional dos mesmos.

10. Os membros da Diretoria Executiva do Sindicato, que não estejam liberados em tempo integral, serão liberados durante 4 horas semanais para desenvolverem suas atividades sindicais.

11. O Município restabelecerá a avaliação gerencial sistemática, com vistas a assegurar a eficiência do serviço público, bem como inibir posturas arbitrárias e contrárias ao bom andamento dos trabalhos nos serviços municipais, por parte das chefias imediatas.

12. Com vistas a humanizar as relações de trabalho, o Município de Curitiba desenvolverá com chefias e demais funcionários, constante política de combate ao assédio moral, estabelecendo inclusive, medidas punitivas aos assediadores.

13. O Município realizará o pagamento dos vencimentos dos servidores municipais e proventos dos aposentados através de Banco Público, prioritariamente, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, assegurando aos trabalhadores isenção de taxas bancárias para manutenção das contas.

14. O Município viabilizará convênio para fins de empréstimo bancário com juros subsidiados, na forma da Medida Provisória 130 de 17 de setembro de 2003 e Decreto federal 4870/2003.

15. O Município interromperá o processo de terceirização de serviços públicos e realizará concurso público para suprir as necessidades de pessoal nos órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Curitiba.

V – DO PROCESSO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS DE CADA SETOR OU SECRETARIA DA PREFEITURA

1. O Município e o SISMUC estabelecerão comissão permanente de negociações que se reunirá periodicamente e sempre que necessário, com representantes dos trabalhadores e responsáveis de cada secretaria/autarquia, para avaliar o cumprimento das questões acordadas e debater as reivindicações específicas dos diferentes locais de trabalho dos servidores municipais.

2. Para avaliar o cumprimento das reivindicações específicas de cada segmento profissional das secretarias ou entidades da administração direta e indireta, serão constituídas comissões de negociação no âmbito de cada órgão.

3. Todas as reivindicações dos trabalhadores, de cada uma das secretarias ou entidades da administração direta e indireta, serão encaminhadas pelo SISMUC ao representante do órgão na comissão de negociação, sendo formalizados os resultados das negociações ocorridas.



DIA DA MULHER

Passeata exige direitos iguais

Mais de duzentas mulheres saíram em caminhada pelas ruas de Curitiba, em defesa de seus direitos

Fazer uma defesa intrínseca dos direitos da mulher e da igualdade entre os sexos. Este foi um dos pontos centrais da passeata organizada pelo Fórum Popular de Mulheres e Coordenação dos Movimentos Sociais, com a participação de diversas entidades ligadas a movimentos populares, políticos e sindicais, no dia cinco de março. Em meio às diversas bandeiras do feminismo e do transexualismo - numa caminhada que pela primeira vez integrou mulheres e homossexuais - a manifestação exigiu, acima de tudo, respeito e dignidade.

“A igualdade entre homens e mulheres é algo que simplesmente não existe. Será preciso uma verda-

deira revolução cultural para se chegar lá”, opinou Maria da Glória, do Instituto de Filosofia da Libertação. “Acho que em primeiro lugar falta respeito, falta esta consciência dos seres humanos em geral”, emendou Elenise Cesário da Silva, do Sismmac.

Para os grupos homossexuais, o respeito é igualmente fundamental. “Acho que existe uma igualdade entre os sexos”, admite Gatiane, uma das manifestantes do Grupo Dignidade. “Somos mulheres, transexuais, travestis, mas acima de tudo seres humanos. Temos dignidade e queremos a nossa cidadania”.

Segundo a presidente do Sismuc, Marilena Silva, a falta de igualdade é uma constatação científica. “Existem pesquisas que mostram que os salários das mulheres são cerca de 30% menores em relação aos dos homens que ocupam uma mesma função”, afirmou. “A sociedade designou determinados papéis para as mulheres que devem ser questionados. Não existem coisas que são para homens nem coisas que são para mulheres, os direitos têm que ser iguais”. Para a sindicalista, a violência física e emocional contra as mulheres deve ser combatida. “Eventos como este servem para lembrar que não podemos admitir nenhuma forma de violência”.



Mulheres protestaram contra a violência no cotidiano e a discriminação no mercado de trabalho.



Vereadora propõe ampliar casas-abrigo para mulheres

A vereadora Professora Josete protocolou dois projetos de lei relacionados ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia oito. O primeiro deles prevê a expansão do número de casas-abrigo para atender mulheres vítimas de violência. Outro projeto propõe a criação de Centros de Referência para o Atendimento Integral à Mulher.

Discursos

A passeata, realizada dentro das comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março) reuniu parlamentares, sindicalistas, donas-de-casa, militantes dos movimentos sociais e estudantis. Cerca de duzentas manifestantes saíram da Praça Santos Andrade e seguiram em caminhada pela Rua XV até a Boca Maldita. No antigo reduto machista, as manifestantes fizeram discursos, onde condenaram a violência doméstica e a exploração sexual das mulheres. O conteúdo dos discursos foi reforçado pela exposição da fotógrafa Socorro Araújo e pela encenação da peça teatral “E agora, Maria?”.

Vinte mil manifestantes invadem a Paulista



Um colorido especial tingiu a Avenida Paulista em comemoração ao Oito de Março. Mais de 20 mil mulheres de todas as idades, de várias partes do país e até do mundo, ocuparam o vão livre do Masp para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Além da capital paulista, outras cidades se mobilizaram.

Organizadas em alas, divididas por cores - rosa, vermelho, lilás, laranja - as mulheres mostraram que estão com toda a disposição

para lutar por mudanças (políticas, econômicas, sócias, educacionais, trabalhistas) e, também, pelos direitos da mulher. A manifestação reuniu companheiras sindicalistas, do movimento popular, da juventude de vários municípios de todo o país. Palavras de ordem já conhecidas das passeatas, ganharam novas versões como o “Fora já, Fora já daqui, fora o machismo e o FMI”.

A festa da mulher na Avenida

Paulista saiu do Masp como uma grande escola de samba, que percorreu a avenida e foi até a Praça da República. A manifestação divulgou a Carta Mundial das Mulheres, documento debatido e elaborado por várias delegações do mundo durante o 5º Encontro Internacional da Marcha Mundial de Mulheres. O Brasil foi escolhido como o país a lançar a Carta, que percorrerá 53 pontos de parada em todos os continentes.

MUDANÇA

Sismuc inaugura nova sede no Dia Internacional da Mulher

Servidores lotaram a nova sede do sindicato, que prestou uma homenagem às mulheres e promoveu a inauguração oficial do novo espaço, no centro da cidade



O Dia Internacional da Mulher foi comemorado de forma muito especial pelo Sismuc. Mais de cem servidores municipais, na grande maioria mulheres, estiveram no dia oito de março para a inauguração da nova sede própria. "Este é um momento de celebração, de tornar célebre, de comemorar o fruto do trabalho dos servidores municipais, representado por este novo espaço de todos e todas nós", afirmou a presidente do Sismuc, Marilena Silva, na cerimônia de abertura do evento.

O novo espaço do Sismuc tem cerca de 300 metros quadrados,

auditório para 150 pessoas e amplas instalações para todos os setores do sindicato. Localizado na região central (Rua Monsenhor Celso, 225 - 9 andar), a nova sede fica num local de fácil acesso para todos os servidores.

Durante a inauguração, toda a diretoria do sindicato se reuniu para descerrar a placa comemorativa. Prestigiaram a festa dos servidores municipais, o deputado estadual Tadeu Veneri, representantes do gabinete da vereadora Professora Josete, membros da direção do Sismmac e da APP-Sindicato, da Central de Movimentos Populares, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, do Grupo Dignidade e representante da direção do ICS.

Para falar sobre o Dia Internacional da Mulher, o Sismuc teve a presença da servidora aposentada Carmem Regina Ribeiro, que abordou o tema da "Violência contra a mulher no contexto curitibano", e Darli Sampaio do Centro de Pesquisa e Apoio ao Trabalhador, que apresentou a programação da jornada de lutas das mulheres. Depois, o grupo musical infanto-juvenil Querubim fez uma apresentação ao público presente. Finalizando o evento, foi oferecido um coquetel a todos.

Finalizando o evento, foi oferecido um coquetel a todos.



Ao lado grande participação dos servidores no Seminário. Acima diretores do Sismuc inauguram painel fotográfico do Sindicato.



Ao lado o grupo musical Querubim e abaixo diretores do Sismuc descerram a placa.



Mulher estuda mais, mas ganha menos

Segundo pesquisa divulgada há poucos dias pelo IBGE, as mulheres paranaenses têm mais anos de estudo que os homens, mas continuam com salários menores. Mulheres negras são as que ganham menos

No Paraná, o salário médio das mulheres chega a ser metade do valor recebido pelos homens. A constatação faz parte do relatório de indicadores sociais fornecido há poucos dias pelo IBGE. Quase metade das trabalhadoras paranaenses (48%) ganham no máximo um salário-mínimo. Apenas uma em cada quatro mulheres paranaenses ganham mais de dois salários mínimos.

Entre as mulheres com segundo grau completo (ensino médio), o salário é de 817 reais. Quase a metade do que recebem os homens com esta escolaridade (1505 reais). Para quem tem menos de sete anos de estudo, a diferença é o dobro: 615 reais para os homens, contra 307 reais para as mulheres.

Outro ponto importante diz respeito à raça: mulheres negras são as que ganham menos: 348 reais, contra 606 reais das mulheres brancas, na região sul do país. Um dos motivos é a oportunidade de estudo. No sul, entre a população que consegue estudar mais de 12 anos, são 15,9% de brancos, contra apenas 4,5% de negros.

Apesar de ganhar menos, 26% das mulheres paranaenses são chefes de família. A imensa maioria (95%) não tem maridos. Pouco menos da metade das trabalhadoras do Paraná são domésticas (42%). Quase 14% trabalham por conta própria. Além de ajudarem no sustento das famílias, as mulheres também assumem as tarefas domésticas, o que caracteriza uma terceira jornada de trabalho.

VOTAÇÃO

Câmara rejeita redução da carga horária para educadoras

Vereadores mantiveram o veto do ex-prefeito Taniguchi, contrário à redução do turno de oito para seis horas diárias nas creches municipais (CMEIs)

A Câmara de Vereadores manteve o veto do ex-prefeito Cassio Taniguchi ao projeto de lei que determinava a redução da carga horária dos educadores das creches municipais (CMEIs), de oito para seis horas diárias. O veto foi mantido por determinação do prefeito Beto Richa à bancada de apoio ao Executivo. A votação ocorreu na sessão de 23 de fevereiro.

Apenas seis vereadores votaram a favor dos servidores. Cinco manifestaram publicamente sua posição: Professora Josete (que fez a defesa do projeto), Rosely Isidoro, André Passos, Paulo Salamuni e Serginho do Posto. Mais de 100 educadoras acompanharam a votação do mezanino da Câmara. E lamentaram a decisão dos vereadores.

“O nível de esgotamento do nosso trabalho é desumano, os tratamentos psiquiátricos de

educadoras em função desta atividade são comuns”, afirmou uma servidora. “Tomar remédios para dormir é bastante comum em nosso meio”, disse outra educadora.

Segundo a vereadora Professora Josete, um terço das educadoras municipais de Curitiba estão em laudo médico, ou seja, fazem tratamento médico e foram deslocadas para áreas administrativas. “Mesmo assim, é comum nos chamarem para cuidar das crianças por falta de funcionários”, emendou uma educadora. “Somente quem convive no dia-a-dia dos CMEIs sabe mensurar o nível de estresse com os quais convivem as educadoras”, afirmou a presidente do Sismuc, Marielena Silva.

Números

Professora Josete encomendou ao Dieese um estudo

do impacto orçamentário da redução da jornada. Seria necessário contratar 600 novos educadores, um gasto anual de R\$ 5,2 milhões. “Ou seja, apenas 1,2% do total da folha de pagamento da prefeitura”, observou Josete. “A medida implicaria num impacto de tão somente meio ponto percentual na participação dos gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida.”

De acordo com os cálculos do Dieese, o percentual de gastos da Prefeitura de Curitiba com pessoal passaria de 47% para 47,5%. O limite prudencial determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 51%. O gabinete da vereadora Professora Josete apurou que pelo menos 30% dos educadores já tiveram laudos médicos relacionados a problemas de saúde decorrentes do exercício da função.

Demonstrativo de Receitas e Despesas Exercício 2004

Resultado do Período	119.748,02
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	437.238,51
Mensalidades Recebidas	431.140,15
Arrecadações Diversas	5.911,85
Arrecadação com Xerox	186,51
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	358.895,43
Despesas com Pessoal	168.196,58
Salários e Ordenados	72.411,74
INSS	31.157,19
FGTS	12.565,39
IRRF	3.949,45
PIS	383,41
Vale Refeição - PAT	12.224,70
Vale Transporte	8.864,70
Rescisões	20.547,00
13º Salário	5.580,21
Férias	414,92
Contribuição Sindical	97,87
Utilidades e Serviços	111.955,54
Associação de Classe (Cut - Dieese)	34.549,42
Assinaturas - Adm.	1.551,14
Despesas com Informática	3.544,05
Divulgações - Boletins Informativos	24.640,44
Energia Elétrica	1.715,90
Água e Esgotos	621,15
Telefone e Telegramas	8.119,37
Correios e Malotes	22.149,56
Despesas com Internet	1.475,05
Honorários Contábeis	4.490,95
Comissão	6.600,00
Seguros	2.498,51
Despesas Gerais	78.743,31
Despesas com Veículos	1.409,00
Combustíveis e Lubrificantes	3.475,78
Despesas Judiciais	17.386,13
Material de Escritório / Xerox	6.809,98
Copa e Cozinha	1.475,73
Lanches e Refeições	1.328,06
Serviços de Terceiros (Assessorias)	24.270,00
Serviços Profissionais	2.934,97
Manutenção, Conservação e Limpeza	2.543,14
Móveis e Utensílios	531,00
Despesas com Condução	2.765,48
Despesas com Estágios	2.109,46
Despesas Diversas	1.861,95
Despesas com Segurança	1.214,38
Despesas com Cartório	2.708,47
Despesas com Estacionamento	260,75
Despesas com Transporte	221,60
Donativos e Contribuições	1.610,00
Eventos	1.344,92
Multas	1.810,94
Condomínio	671,57
IMPOSTOS E TAXAS	510,56
Impostos Diversos	190,86
IPU	299,61
IR S/Aplicação Financeira	20,09
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	-6.114,96
Despesas Financeiras	6.560,94
Despesas Bancárias	286,60
CPMF -Contr.Prov.S/ Mov. Financ.	2.147,06
Parcelamento Acordo CPMF	3.906,08
Juros Pagos	221,20
Receitas Financeiras	445,98
Juros Recebidos ou Auferidos	445,98
RECUPERAÇÕES	6.030,46
Ressarcimento de Despesa	225,00
Reembolso	1.856,01
IRRF	3.949,45
RECEITA NÃO OPERACIONAL	42.000,00
Venda de Imóvel	157.000,00
Aquisição de Imóvel	115.000,00

Curitiba/PR - 13 de janeiro de 2005

Paulo Antonio de Araújo e Silva
CRC-PR CO-31445/0

Marilena Silva
PRESIDENTE

Rápidas Rápidas Rápidas Rápidas

PROCESSO DE TRANSIÇÃO

Os servidores enquadrados na parte especial poderão participar da prova para fazer a transição para a parte permanente do cargo. O Sismuc oferece aulas preparatórias aos seus associados. Poderão participar os servidores que estão na parte especial da carreira do nível básico e nível médio. Os interessados em participar das aulas deverão entrar em contato com o Sismuc até o dia cinco de abril. Informações pelo telefone 322.2475.

SERVIDORES DE LONDRINA DEFLAGRAM GREVE

Os servidores municipais de Londrina deflagraram greve por tempo indeterminado no dia oito de março. A decisão foi tomada em assembléia geral da categoria que reuniu cerca de quatro mil trabalhadores, informou o Sindicato dos Servidores Municipais de Londrina (SindServ-Lda). O movimento foi aprovado por praticamente todos os trabalhadores presentes. A categoria reivindica 21% de reajuste salarial, entre outros pontos.

REFORMA SINDICAL

Unidade em torno do Sindicato é desafio para servidores

Projeto de lei em trâmite no Congresso trará mudanças na estrutura sindical. Servidores municipais devem estar mobilizados para defender a unidade da categoria. Futuro do sindicato dependerá desta união

A reforma sindical que tramita no Congresso Nacional vem despertando uma série de questionamentos por parte dos servidores municipais. Sobre esta questão, o departamento jurídico do Sindicato apresenta alguns fatos importantes para se entender o que está em jogo neste projeto de lei.

O Sismuc foi fundado em 1988, logo depois de promulgada a Constituição Federal de 5 de outubro daquele ano. Na forma de seus estatutos, o Sismuc defende os inte-

resses de todos os servidores municipais, exceto o magistério, que fundou o Sismmac um dia antes, após discussão de todos os servidores sobre a importância de manter uma entidade própria, em razão da história de lutas que construíram na sua associação.

Sobre a impossibilidade da existência de mais de um sindicato na mesma base territorial, deixa claro o inciso II do artigo 8º Constituição Federal:

II – É vedada a criação de mais

de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município;

Esta impossibilidade da criação de mais de um sindicato na mesma base territorial é o que se chama unidade sindical, tão falada na imprensa em razão da reforma sindical encaminhada ao Congresso

Nacional. A unidade continua existindo até que haja modificação em razão da chamada reforma sindical. Até mesmo o desmembramento de uma parte da categoria da base territorial depende de complexo processo, rigorosamente regulamentado pelo Ministério do Trabalho.

Sem entrar no mérito se a unidade é ou não a melhor forma de organização, é dever do Sindicato tomar todas as medidas políticas e judiciais para defender a unidade da categoria em torno do Sindicato, fundado para representar todos os servidores municipais.

É importante que fortaleçamos o SISMUC na luta pelos direitos de todos os servidores municipais, em especial neste momento de campanha salarial em razão da data-

base, que é 31 de março.

Todo o tipo de divisão entre nós somente interessa a um ator social deste processo, aquele que é o representante legal de nosso empregador, o Município de Curitiba. Para contemplar todos os segmentos da Prefeitura é que o SISMUC se organiza por departamentos, para tratar de todas as questões específicas da Prefeitura.

Seu departamento já está organizado no sindicato? Os trabalhadores já elegeram o representante do seu local de trabalho? Convidamos a todos para participar desta organização, para que juntos possamos defender os interesses de todos os trabalhadores que formam o Sismuc e as especificidades de cada ramo de atividade da Prefeitura Municipal de Curitiba.

JURÍDICO

Sismuc sai vitorioso em ações judiciais

Além das vitórias nas ações individuais e com grupos de servidores, como por exemplo a suspensão do desconto previdenciário dos aposentados, o Sindicato conquistou duas recentes e importantes vitórias em ações coletivas. Mas o departamento jurídico assinala que as ações movidas contra a Prefeitura são quase sempre demoradas, e normalmente seus resultados somente aparecem depois de alguns anos. Daí advém a importância de cada vitória obtida no campo judicial.

1) AÇÃO DO CRESCIMENTO VERTICAL DOS EDUCADORES
Autos 42718/000 - 4ª Vara da Fazenda Pública Falcências e Concordatas da Comarca de Curitiba.

Como já é de conhecimento da categoria, o Sismuc ajuizou um mandado de segurança para fosse refeita a classificação no procedimento de crescimento vertical, excluindo os trinta pontos concedidos para aqueles educadores que tinham o magistério. A diretoria do Sismuc entende que é muito importante que os educadores realizem cursos de nível médio e superior, mas o requisito de classificação era ilegal, pois não estava previsto na Lei 10390/2002 e no Decreto que regulamentou o procedimento. Naquele momento o juiz concedeu uma liminar suspendendo o procedimento. Agora saiu a sentença considerando que o procedimento era ilegal e que a Prefeitura terá que refazer a classificação, excluindo o item do edital que concedia 30 pontos para aqueles que têm o magistério. A Prefeitura pode ainda recorrer. Entretanto, por se tratar de mandado de segurança, a Prefeitura deverá cumprir imediatamente. O

Sindicato está tomando as medidas necessárias para que a reclassificação seja feita, assegurando os efeitos financeiros a partir de junho de 2004, quando todos começariam a receber estes valores.

2) AÇÃO DAS FÉRIAS COLETIVAS DE 2003
Autos: 3364/2003 - 1ª Vara da Fazenda Pública, Falcências e Concordatas

Em dezembro de 2003, o prefeito Cassio Taniguchi editou decreto que concedeu férias coletivas de 10 dias entre o natal e o feriado do primeiro dia do ano, em diversos setores da Prefeitura. O decreto estabelecia ainda que estes dias seriam descontados das férias dos servidores que já tinham direito adquirido, e como antecipação dos demais. Ajuizamos mandado de segurança pedindo liminar que suspendesse os efeitos do decreto, mas o juiz negou a liminar. Em fevereiro de 2005 saiu a sentença mandando que a Prefeitura não desconte estes dias dos servidores.

Assim que for publicada a sentença, peticionaremos ao juiz para que esclareça se os efeitos são aplicáveis a todos os servido-

res ou apenas aos sindicalizados. Para nós, é muito claro que os dias já descontados devem ser restituídos em forma de férias, mas pediremos também que o juiz diga expressamente isso.

ANDAMENTO DAS DEMAIS AÇÕES COLETIVAS

3) AÇÃO DA PROGRESSÃO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
4ª Vara da Fazenda Pública
Autos: 41431/0000

Nos próximos dias devemos ser intimados para pagar as custas finais e ação irá para o juiz proferir a sentença.

4) AÇÃO DA PROGRESSÃO DOS SERVIDORES DO IPPUC
1ª Vara da Fazenda Pública
Autos: 2587/2003

Está com o juiz para proferir a sentença.

5) AÇÃO DA PROGRESSÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO CULTURAL
1ª Vara da Fazenda Pública

Autos: 2596/2003
Está com o juiz para proferir a sentença.

6) AÇÃO DA PROGRESSÃO DA FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL
4ª Vara da Fazenda Pública
Autos: 41468/0000

Foi proferida sentença improcedente. Nós já apelamos e a ação está indo para o Tribunal de Justiça do Paraná.

7) AÇÃO DA PROGRESSÃO DOS SERVIDORES que se sindicalizaram somente depois de oito de outubro de 2003.

4ª Vara da Fazenda Pública
Está no prazo para a Prefeitura apresentar a contestação.

8) AÇÃO DO SISMUC E DO SISMMAC requerendo o pagamento da diferença da data-base de 2003.

1ª Vara da Fazenda Pública
Autos 2097/2003
Está com o juiz para proferir sentença.

9) AÇÃO JUDICIAL DO SISMUC E DO SISMMAC pedindo a declaração de nulidade da compra do Edifício Delta Corporate, pelo IPMC, sem licitação.

2ª Vara da Fazenda Pública
Autos 95/2002
Em primeira instância nosso pedido foi atendido. O IPMC e a Prefeitura recorreram, mas

o Tribunal de Justiça manteve a sentença favorável aos dois sindicatos.

10) AÇÃO DOS VIGIAS E GUARDIÕES DA FUNDAÇÃO CULTURAL que não foram incorporados pelo Plano de Carreira da Guarda Municipal.

1ª Vara da Fazenda Pública
Autos: 2648/2003

A Prefeitura apresentou contestação e agora o juiz pediu para especificarmos provas. Especificamos as provas que queremos produzir e indicamos as testemunhas que serão ouvidas.

11) AÇÃO DA PREMIAÇÃO DOS APOSENTADOS

4ª Vara da Fazenda Pública
Autos: 43466/0000

A Prefeitura já apresentou contestação e o juiz mandará que nos manifestemos sobre a contestação apresentada. Nós pedimos uma liminar mandando implantar a premiação imediatamente. O Juiz negou liminar. Recorremos para o Tribunal de Justiça e ainda não foi julgado. Sobre o mérito o juiz ainda não se manifestou.

12) AÇÃO INDENIZATÓRIA

4ª Vara da Fazenda Pública
Autos: 43533/0000
Ajuizamos uma ação pedindo indenização pelo fato da Prefeitura não conceder os reajustes integrais, anualmente, sempre na mesma data. Está na fase de contestação pela Prefeitura.

TERCEIRA IDADE**Idosos merecem melhor qualidade de vida**

Seminário sobre o Estatuto do Idoso foi promovido no dia 10 de março pelo coletivo de aposentados do Sismuc



Como viver a terceira idade com qualidade de vida? Esta foi uma das muitas questões levantadas no seminário que discutiu o Estatuto do Idoso, realizado no dia 10 de março no auditório do Sismuc. A promoção do evento ficou por conta do coletivo de aposentados do Sismuc. Os palestrantes mostraram que existe um longo caminho a ser percorrido, e que depende principalmente da mobilização de quem se preocupa com a condição do idoso brasileiro.

“Mais importante do que fazer as leis é conseguir, na prática, que os nossos idosos tenham acesso a uma melhor qualidade de vida”, afirma a estudiosa Maria de Fátima Paiva, que concluiu recentemente o mais amplo estudo sobre a população de idosos no Paraná. “Para garantir o que está na lei, é preciso mobilização”, diz Fafá.

O deputado estadual Tadeu Veneri concorda: “As leis sozinhas não bastam. Os lírios não nascem das leis”, ensina. O parlamentar defende o direito dos idosos terem uma vida “normal”. “As pessoas devem ter direito à música, à poesia, ao teatro,

a namorar. Como fazia o “seu Flor”, da “Grande Família”, diz Tadeu.

O legislador fica indignado com a maneira como a sociedade convencionou tratar os aposentados. “Dividem os servidores em ativos e inativos, como se o aposentado fosse um imprestável, pronto para ser enfaixado como uma múmia e esquecido num canto, de preferência para não incomodar”, provoca.

As palestras tiveram muitas reações positivas por parte do público da terceira idade. “Às vezes acho que a natureza errou: a gente devia nascer velho e depois virar criança. É que a gente chega na terceira idade e se sente desamparado pela sociedade”, reagiu um dos espectadores. Mas a emoção maior ficou para o final do evento, com o espetáculo “O semeador de sonhos”, do poeta e ambientalista João Bello e da cantora e pedagoga Susi Monte Serrat.

Faltam conselhos de idosos no Paraná

De acordo com um estudo elaborado pela ONG Movimento de Valorização do Idoso (MOVI),

não existem conselhos municipais que representem os idosos na grande maioria das cidades paranaenses.

“No Paraná temos 399 municípios, mas apenas 14 possuem Conselho Municipal do Idoso. Isto representa menos de 5% do total. O pior é que alguns dos poucos conselhos cadastrados não funcionam, não têm endereço, simplesmente não existem”, diz Dorval Augusto, do Movimento de Valorização do Idoso (MOVI).

Pontal do Paraná, no litoral do Estado, dispõe de um conselho do idoso e foi o único município que concedeu transporte urbano gratuito a pessoas entre 60 e 65 anos, o que é uma prerrogativa do município. “A lei federal obriga esta gratuidade somente para maiores de 65 anos”.

Quem tiver interesse em obter maiores informações sobre o MOVI pode ligar para o telefone 8421.0308, acessar pela internet movi_br-subscribe@yahoo.com.br ou ainda pelo correio eletrônico diretoria@movi.com.br.

JUSTIÇA**Sentença reconhece direito ao acúmulo de cargos públicos**

Em dezembro de 2004, o juiz proferiu sentença declarando o direito das servidoras de acumular os cargos que ocupam no município e na União. Esta sentença ainda pode ser modificada no Tribunal

O Município de Curitiba entende que, embora os horários de trabalho sejam compatíveis, os ocupantes do cargo de Técnico em Higiene Dental, Auxiliar de Consultório Dentário e Técnico em Farmácia não podem ser considerados como profissionais da saúde e, ainda, tais profissões não estariam devidamente regulamentadas. Por este motivo, instaurou Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de exonerar servidores que estivessem, segundo sua interpretação, em situação de acumulação ilegal de cargo público.

Em resposta, o Sismuc, através de seu Departamento Jurídico, ingressou com mandado de segurança no início de 2004 (autos 305/2004 da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba), no qual defende a regularidade da acumulação por estar adequada ao previsto no artigo 37, XVI, alínea ‘c’ da CF/88 (leia texto abaixo).

Em dezembro de 2004, o juiz proferiu a sentença declarando o di-

reito das servidoras de acumular os cargos que ocupam no município e na União. Esta sentença ainda pode ser modificada no Tribunal.

Texto legal

Em regra geral, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. No entanto, na Constituição Federal de 1988 existem casos expressos em que há permissão, como a contida no art. 37, inciso XVI, alínea ‘c’, que dispõe:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também: XVI – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso disposto no inciso XI: c – a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas”.

Você pode ajudar!**Sismuc procura herdeiros do servidor Enival Luiz Siqueira**

O departamento jurídico do Sismuc solicita o comparecimento urgente do representante dos herdeiros do servidor público municipal Enival Luiz Siqueira. O motivo é a pendência relativa a ação judicial proposta pelo servidor, referente à devolução dos valores cobrados a título de contribuição previdenciária (IPMC). O contato deve ser feito pelo telefone 322-2475, marcando horário para consulta com a advogada Andressa Rosa.